Formação em psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos

Psychology Education: Genesis and First Developments

Deise Mancebo *

RESUMO:

O artigo investiga a história da formação em Psicologia no Rio de Janeiro, considerando seus contextos de produção: conflitos, relações, lutas, alianças e suas implicações. Partindo da hipótese de que as primeiras instituições formadoras, embora compartilhassem uma cultura psicológica comum quando de sua criação, apresentaram desenvolvimentos diferenciados, três instituições são analisadas: ISOP, referência em Psicologia Aplicada, criado em 1947 por Mira y López, formando "psicotécnicos" ou "psicologistas"; Instituto de Psicologia da atual UFRJ, criado em 1964 a partir da Faculdade Nacional de Filosofia e de seu Instituto de Psicologia; Instituto de Psicologia Aplicada da PUC-RJ, iniciado em 1953, considerado o primeiro curso de Psicologia do país. A reconstrução de seus processos de criação aponta uma variedade de acontecimentos distintos em cada uma delas, permitindo tecer uma história crítica e plural, que vai além de datas, nomes e instituições, ajudando a desconstruir dogmatismos e saberes-competências-dominações estabelecidos.

Palavras-chaves: Formação em Psicologia; instituições; história da Psicologia.

ABSTRACT:

The paper investigates the history of Psychology education in Rio de Janeiro, by taking into account its context of production: conflicts, relations, struggles, alliances, and their implications. Based on the hypothesis that the first educational institutions have followed different paths, although they shared a common psychological culture at the time of their creation, three institutions are analyzed: Institute of Psychosocial Research – a reference in Applied Psychology, founded in 1947 by Mira y López and responsible for the education of 'psychotechnicians' and 'psychologists'; Institute of Psychology of the now called Federal University of Rio de Janeiro, which was founded in 1946 and has its origins in the Institute of Psychology of the National College of Philosophy; and the Applied Psychology Institute of the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, which was founded in 1953 and is considered to be the first Psychology course in Brazil. The reconstruction of their processes of creation points out a variety of distinct events in each one of them, which permitted to write a critical and plural history. A history that goes beyond dates, names and institutions, helping to deconstruct established dogmatism, knowledges, competencies and domination.

Key-words: Psychology graduation; Institutions; History of Psychology

A atuação psicológica no país antecedeu à regulamentação da profissão, só ocorrida através da Lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962. Desde o século passado, portanto bem antes de a Psicologia se apresentar como uma disciplina autônoma, práticas e preocupações teóricas de ordem psicológica eram partilhadas com a Medicina, a Pedagogia, a Filosofia e outros campos disciplinares.

Do mesmo modo, alguns cursos de Psicologia¹ também antecederam à regulamentação e à própria delimitação do currículo mínimo de Psicologia, ambos ocorridos em 1962². No entanto, trataram-se de casos isolados e o crescimento da formação universitária do psicólogo começa, efetivamente, somente após a regulamentação da profissão.

No Rio de Janeiro, espaço geográfico a que se limitou a pesquisa que coordenei³, constituíram-se, até o final dos anos 70, oito cursos universitários de Psicologia, além dos cursos breves ministrados pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP)⁴.

A hipótese central norteadora desta pesquisa e amplamente confirmada ao longo das investigações era a seguinte:

(o) campo de formação do psicólogo, enquanto porta-de-entrada para a construção do especialista, constitui-se num território que compartilha da 'cultura psicológica'. Esta última temática tem sido amplamente discutida, por cientistas sociais e psicanalistas, apontando para a intensa difusão das práticas 'psi' nas camadas médias urbanas de nossa sociedade, após os anos 60, a partir da consolidação de um 'ethos' individualista e intimista, no qual os especialistas 'psi' são um efeito e mais um dispositivo difusor, com um grande potencial de intervenção no espaço social. Ao mesmo tempo, consideramos que se esta deve ter sido uma cultura comum nas trajetórias dos cursos em análise, o fato de estarem inseridos em instituições com características diversas - universidade, faculdades isoladas, instituições públicas, privadas, religiosas, comunitárias e demais clivagens que a pesquisa eventualmente apresenta - deve ter-lhes marcado o desenvolvimento, as formas institucionalizadas construídas e o sentido dado à formação dos profissionais" (MANCEBO, 1996b, p. 4-5).

Procuramos, portanto, a análise histórica da formação em Psicologia no Rio de Janeiro, remetendo-a aos seus contextos de produção. Deste modo, partilhamos, no campo da História das Idéias, de inovações que investigam as idéias, as disciplinas, procurando superar a leitura das "escolas", "tendências" ou "sistemas" existentes nos cursos, em favor da análise das relações, lutas e alianças entabuladas. Na análise dos cursos, este exercício exigiu-nos alguns esforços adicionais: adentrar-se nos meandros institucionais, mas sem reduzi-los aos jogos miúdos e mesquinhos dos departamentos e cátedras.

Foi preciso, ainda, escapar da natureza factual exacerbada, presente aliás em boa parte da historiografia existente. Nas investigações realizadas nos cursos, sempre nos deparávamos com "histórias" construídas nesta perspectiva. Tratava-se de iniciativas isoladas, motivadas pela preocupação de alguns não-historiadores em preservar a memória da instituição somente sob o seu aspecto instituído. Limitavam-se, conforme já percebera em outra investigação (MANCEBO, 1996a), a construções de narrativas e encadeamentos de fatos e nomes, a partir da junção de documentos, legislações e da própria memória dos respectivos autores. Eram histórias dos "heróis" dos cursos e da Psicologia, dos seus feitos, que levaram a instituição, invariavelmente, para o crescimento e desenvolvimento. Enfim, histórias sem conflitos, embates e opositores.

Tivemos, por fim, a intenção de marcar os vínculos e relações dos diversos cursos com as complexas conjunturas institucionais, estaduais e mesmo nacionais nas quais estes se viram envolvidos e se envolveram, mas sem transformar a universidade, o Estado ou seus interlocutores mais diretos nos principais atores das mudanças sentidas naquelas escolas.

Neste texto, tenho uma intenção específica: desenvolver a hipótese apresentada anteriormente, mediante os eixos metodológicos sinteticamente expostos, através da análise da gênese de três instituições de formação de psicólogos e psicotécnicos no Rio de Janeiro: o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, o Instituto de Psicologia da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Psicologia Aplicada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA APLICADA: OS PSICOTÉCNICOS E O ISOP

Boa parte da historiografia psicológica dá ênfase ao estudo dos chamados sistemas psicológicos contemporâneos (o estruturalismo, o funcionalismo, o behaviorismo, o gestaltismo e a psicanálise), constituindo um campo de investigações histórico-epistemológicas. Nesta perspectiva, as práticas e concepções da Psicologia Aplicada, sob forte embasamento funcionalista, são praticamente ignoradas pela maioria dos autores de ensaios de História da Psicologia. A trajetória das práticas psicológicas na educação, no trabalho, e voltadas para o ajustamento do indivíduo em suas relações com os demais, consigo mesmo e no social, com pregnante desenvolvimento neste século, permanece por se fazer (GENIVIÈVE, 1992).

Sem querer reparar esta lacuna, é preciso recordar que mesmo o movimento que pretendia oferecer à Psicologia uma alternativa científica, de pesquisa psicofisiológica, iniciado por Wundt, no século XIX, em Leipzig, desaguou em uma versão aplicada, no século XX, em especial nos Estados Unidos. A Psicologia encontrou desafios concretos naquele país, a ela apresentavam-se promissoras perspectivas de expansão e, pragmaticamente, nossa disciplina os respondeu, com a criação de técnicas que facilitaram o diagnóstico e a intervenção do psicólogo, estruturando-se em três grandes campos - Psicologia Escolar ou Educacional, Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica.

No Brasil, o início das atividades psicológicas aplicadas deu-se posteriormente ao assistido nos países desenvolvidos. Surgiram em período muito significativo em termos de mudanças ao nível econômico, social, político, desencadeadas pela revolução de 30.

“A partir de 30, o país praticamente inicia o seu processo de industrialização e passa a absorver, tanto no âmbito público quanto de empresas privadas, certas idéias em voga nos países desenvolvidos, e que tinham na organização racional do trabalho uma de suas principais bandeiras. Parcela do empresariado e elementos dentro do Estado viam no projeto de otimização do trabalho, assim como na eficientização do processo educacional uma possibilidade de atender a parcela significativa dos problemas referentes à força de trabalho” (MANCEBO, 1997, p. 162-163).

Em decorrência, a Psicologia chega ao Brasil para selecionar e recrutar, de modo racional, os trabalhadores para diferentes cargos, no serviço público, nas indústrias e no comércio. Entendia-se que a avaliação objetiva das aptidões e habilidades, como um critério racional de alocação dos sujeitos no trabalho, promoveria, ao lado do aperfeiçoamento técnico, uma adaptação mais harmoniosa e produtiva aos cargos e funções.

Havia espaço ainda nas escolas e na orientação vocacional, cujas práticas também se relacionavam à aplicação de testes, descoberta de aptidões profissionais individuais e seleção/orientação prévia para o mercado de trabalho.

Para este “novo” tratamento do homem, constituem-se os então chamados psicotécnicos ou psicologistas, arrematados principalmente entre médicos, pedagogos, engenheiros e militares, que tinham por missão tornar a produção mais eficiente: conseguir os homens mais adequados para os postos ou encaminhá-los desde cedo para seus devidos lugares no aparelho escolar.

O movimento revolucionário de 1930, que conduziu Getúlio Vargas à Presidência da República, apresentava, entre suas bandeiras, o saneamento do aparelho governamental, e a reforma dos serviços públicos incluía-se entre as principais medidas de salvação nacional. A idéia de dar à burocracia brasileira um condicionamento moderno, voltado para a eficiência da ação governamental, amadurece e, a partir de 1935, medidas concretas são tomadas para o alcance desses objetivos⁵.

Em 30 de julho de 1938, é instalado o Departamento do Serviço Público (DASP), para agilizar um sistema, em processo desde 1935, que concretizasse a idéia de eficiência e democracia no ingresso no serviço público brasileiro: o concurso. Este procedimento de seleção converteu-se em fonte e exemplo de ascensão econômica e social do indivíduo, à base do mérito, e cerca de 200 mil brasileiros, numa demonstração de confiança no novo sistema, inscreveram-se nesses concursos. O DASP realizou ainda, de 1938 a 1945, um expressivo e volumoso trabalho dirigido para a racionalização administrativa do governo federal, com reflexos inclusive nas administrações estaduais. Executou um intenso programa de aperfeiçoamento de técnicos no estrangeiro, acompanhado de um esforço considerável de traduzir e comentar não só os principais documentos sobre administração pública européia e norte-americana, mas também discutir a bibliografia disponível sobre teorias e práticas administrativas. Considerando o exposto, pode-se afirmar que as repercussões políticas do DASP foram muito além do simples processo de seleção, para admitir, no serviço público, pessoas habilitadas.

As idéias fermentadas no DASP desembocam na criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi o próprio presidente do Departamento, Luiz Simões Lopes, quem sugeriu ao Presidente da República, em 4 de julho de 1944, a criação dessa nova entidade, em documento densamente doutrinário, que revela uma percepção determinada quanto ao desenvolvimento da administração no Brasil (LOPES, 1969, p. 299).

O Presidente Getúlio Vargas autorizou o DASP a tomar as medidas concretas para criar a entidade proposta. Constituiu-se um grupo de trabalho que já denotava um dos aspectos que iriam ter grande importância em toda a vida da FGV: a reunião de especialistas que mais representassem a cultura técnica de modernização do país. Criada em 20 de dezembro de 1944, a Fundação começa a funcionar, por fim, em 1945.

Os estatutos definiam com clareza os objetivos da nova instituição: tratar os problemas da organização racional do trabalho, especialmente em seus aspectos administrativos e sociais, através do uso de métodos ajustados às condições do meio brasileiro.

Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG), no dia 06 de novembro de 1969, o então presidente da FGV, Dr. Luiz Simões Lopes, assim resumiu os objetivos da fundação desta instituição:

“A finalidade imediata e permanente da FGV é levantar, estudar, equacionar e se possível, resolver ou ajudar a resolver os problemas do trabalho, sob os pontos de vista administrativo, humano, econômico, profissional e psicológico” (LOPES, 1969, p. 6).

Compartilhando das idéias do presidente da Fundação quanto às contribuições que a Psicologia poderia oferecer-lhe, o setor empresarial carioca convida o médico espanhol Emílio Mira y López para dar um curso de tempo integral a respeito dos problemas de seleção, orientação e readaptação, na Fundação.

O professor Mira y López, figura de relevo internacional no campo da Psicologia Aplicada ao trabalho, desenvolveu o curso com grande sucesso de outubro de 1945 até outubro de 1946, com a colaboração de diversas autarquias e serviços públicos. Seguiu-se o convite feito ao mesmo professor para organizar, na Fundação Getúlio Vargas, um setor de orientação profissional. Deste modo, em 1947, surge o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), com o objetivo básico de “contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho mediante o estudo científico das aptidões e vocações do primeiro e os requisitos psicofisiológicos do segundo” (LANGENBACH, 1982, p. 51). O próprio Mira y López afirmava que o interesse do empresariado na orientação profissional era o aumento da produção, apesar dos objetivos do professor irem além, na medida em que almejava um trabalhador ciente de suas aptidões e vocações, uma pessoa realizada e feliz.

Dentre os objetivos do ISOP, constavam: (1) a realização de pesquisas de caráter psicotécnico, objetivando o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho; (2) o estudo, a execução e a difusão dos métodos científicos de informação, seleção profissional, concursos e classificação de pessoal, assistência psicológica no trabalho, orientação vital e orientação profissional; (3) o reajustamento e readaptação profissional dos incapacitados do trabalho, possibilitando seu retorno a atividades profissionais adequadas; (4) o estudo do mercado nacional do trabalho para o fim de colocação racional trabalhador, com vistas a seu maior rendimento nas melhores condições técnicas; (5) a promoção de reuniões e seminários de Psicotécnica e (6) a organização e administração de cursos de formação, extensão e aperfeiçoamento de psicotécnicos e orientadores profissionais.

Para o atendimento destes objetivos, o ISOP oferecia os seguintes serviços: Informação Ocupacional; Seleção Profissional (em geral); Seleção de Motoristas; Análise Psicológica do Trabalho; Classificação de Pessoal; Readaptação Profissional; Orientação Vital; Orientação Psicopedagógica; Orientação Pré-profissional; Orientação Profissional; Orientação Global; Orientação Coletiva; Exploração da Personalidade; Pesquisa e Divulgação; Formação de Psicotécnicos.

No campo do ensino, eram ministrados cursos rápidos de extensão como: Psicoterapia Menor; Problemas da Fadiga; Técnicas de Exploração da Personalidade; Métodos de Exploração da Personalidade; Bosquejos Históricos da Psicologia Moderna Teórica e Aplicada; Psicodiagnóstico Miocinético e suas aplicações nos campos da Psicologia Normal e Patológica; Estudo Psicológico da Felicidade; Introdução à Higiene Mental; Aptidão para Artes Plásticas, dentre outros.

O Instituto desenvolve-se rapidamente e, a partir de setembro de 1949, com a criação dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, passa a contar com um veículo para publicar, com regularidade, o produto de seus estudos. Foi a primeira publicação periódica brasileira especificamente de Psicologia que, desde os números iniciais, procurou alcançar todos os centros onde a Psicologia era praticada no país.

Mira y López dirigiu o ISOP até a sua morte, em 1964. Neste período, o ISOP tornou-se uma escola de formação de psicotécnicos, através de cursos rápidos, bem como um centro de pesquisas para implantação e difusão da Psicologia, mantendo intenso contato com a comunidade científica e a sociedade carioca.

No entanto, conforme analisado em trabalho anterior (MANCEBO, 1997), a relação do ISOP com as universidades era complexa e não raramente tensa:

“O ISOP tinha verbas à disposição, maior autonomia do que as Universidades e Mira y López, homem dinâmico, de forte atração pessoal, bem aproveitava estas condições para ‘formar’ os psicotécnicos, através dos cursos oferecidos na FGV. À revelia das universidades, ele começava a ‘formar’ e treinar estes profissionais, pois era uma necessidade para o desenvolvimento de seu próprio serviço. O ISOP pelos seus trabalhos e cursos tornava-se conhecido e popular, principalmente junto à classe média. Lá era, até certo ponto, reproduzido um clima universitário em termos de discussão e estudo, em especial quando se tratava do contato com a prática. Possuía uma publicação periódica, promovia discussões de casos, idas a congressos e a organização dos mesmos no Rio de Janeiro. Construía um clima de debate e de produção de conhecimentos, à semelhança de uma instituição de ensino superior, com a vantagem de conseguir, em função do pragmatismo adotado, uma penetração razoável das discussões sobre Psicologia, na sociedade carioca” (p. 165).

A formação que o ISOP desenvolvia denunciava, ainda, o afastamento teoria-prática existente nas universidades, pois, no Instituto, apesar dos aspectos teóricos não serem priorizados, os profissionais se percebiam equipados com técnicas e instrumentalizados para a ação.

As universidades, ao contrário, não tinham verbas nem condições institucionais de desenvolver o trabalho realizado na Fundação. Ofereciam disciplinas de Psicologia vinculadas a departamentos variados como Filosofia, Pedagogia, Didática, Educação Física, Orientação Profissional, Serviço Social, atendendo, em maior ou menor intensidade, às demandas de cada um destes campos do conhecimento. É fácil perceber que estas disciplinas não podiam responder às demandas sociais em relação às práticas psicológicas: as demandas por diagnósticos, testagens, seleções, orientações profissionais, dentre outras. Por estas considerações, o ISOP era percebido como uma ameaça pelas universidades, afastadas da prática, distantes das demandas práticas que se colocavam para a Psicologia.

Por fim, é preciso reconhecer que aos profissionais da Psicologia Aplicada, formados ou não no ISOP, mas com certeza tomando esta instituição como referencial, pode-se atribuir a responsabilidade maior pela consolidação da Psicologia no Rio de Janeiro. Com suas práticas, difundiram a profissão, divulgaram-na, construíram o clima necessário à regulamentação da Psicologia e imprimiram sua marca na Lei que regulamentou a profissão de psicólogo.

GÊNESE DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFRJ: COMPLEXO INSTITUCIONAL E FORMAÇÃO TEÓRICA⁶

Para o curso de Psicologia da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro⁷, criado em 1964, convergiram grupos oriundos de duas instituições diferentes, dentro desta mesma universidade. Além de professores que ministravam disciplinas na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), houve a inclusão de pesquisadores que trabalhavam

no Instituto de Psicologia, um órgão anexo desta Faculdade. Esta “fusão”, desencadeada por atos legais, atravessou momentos de tensão e só se efetivou, de fato, a partir da criação do curso de Psicologia desta universidade.

A Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939, foi concebida e implementada como parte do projeto universitário do Estado Novo (FÁVERO, 1989a)⁸. Pretendia-se uma instituição para a formação de uma intelectualidade que representasse as elites e seu desenvolvimento inicial é pautado pelo autoritarismo, clientelismo e cooperativismo Igreja/Estado, em cujo clima a autonomia universitária encontrava-se mitigada.

O corpo docente exemplifica bem este quadro. A ocupação da docência deveria ser feita via concurso de títulos e provas, em consonância com a legislação vigente; no entanto, a análise da estrutura de poder na FNFi deixa clara a não participação da comunidade acadêmica no governo da Faculdade e as forças que comandavam, de fato, as indicações docentes. Ao Presidente da República foi conferido o provimento dos cargos nos primeiros cinco anos de funcionamento da Faculdade Nacional de Filosofia. As nomeações, inclusive dos professores estrangeiros, eram feitas com base em critérios político-ideológicos e na “troca de favores”, de modo a contratar elementos simpatizantes do poder central.

Exemplo desta situação pode ser localizado, também, na contratação para a cadeira de Psicologia. Em 1939, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, recomenda, em carta, ao professor Georges Dumas que “para a Psicologia e a Sociologia (desejava) professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja...” (CAPANEMA, apud FÁVERO, 1989^a, p. 33)⁹. Supõe-se, portanto, que a contratação do professor francês André Ombredane, para ministrar a cadeira de Psicologia, deu-se sob esta orientação.

A FNFi é organizada, inicialmente, compreendendo quatro seções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, mantendo 11 cursos estruturados em 3 séries. Havia ainda uma quinta seção especial de Didática, responsável pelo quarto ano dos cursos. Duas cadeiras de Psicologia eram oferecidas pela FNFi: a de Psicologia Geral, pertencente à seção de Filosofia, e a de Psicologia Educacional, vinculada à seção de Pedagogia.

A cadeira de Psicologia Geral, pertencente à seção de Filosofia, foi assumida, até 1944, pelo já citado professor André Ombredane, o qual retornou à Europa a esta época. Esta cátedra passa, então, a ser ocupada interinamente pelo professor Nilton Campos, que após realização do primeiro concurso da FNFi, em 1945, torna-se efetivamente catedrático.

O programa desta disciplina contemplava conteúdos variados, que se distribuíam nas diferentes séries da referida seção: no primeiro ano, era dada uma introdução filosófica e científica à Psicologia, abarcando dos pensadores gregos ao behaviorismo, à reflexologia, ao gestaltismo e à psicanálise; no segundo ano, eram ministrados os tópicos Lógica e Metodologia da Psicologia Científica e apresentava-se a evolução do pensamento psicológico do final do século XIX e início do século XX; no terceiro ano, enfatizavam-se a origem e desenvolvimento dos sistemas psicológicos contemporâneos, o estudo da “profundidade psíquica inconsciente” e apresentavam-se a origem e desenvolvimento das pesquisas sobre Psicologia. Ao final, estudavam-se os diferentes processos psicológicos: percepção, memória; sentimentos e emoções; motivos e atitudes; pensamento e expressão; inteligência (PENNA, 1992).

A cátedra de Psicologia Educacional, vinculada à seção de Pedagogia, tinha como titular o professor Manuel Bergström Lourenço Filho. Como este estava envolvido freqüentemente em atividades administrativas, a referida cátedra foi ocupada interinamente, nos primeiros anos, também pelo professor Nilton Campos.

O conteúdo da cátedra de Psicologia Educacional era ministrado durante três anos letivos na seção de Pedagogia, e durante um ano, no de Didática, que visava à formação de docentes. No primeiro ano letivo, o conteúdo compreendia uma introdução à Psicologia e à Educação, complementada pelo estudo dos temas centrais de Psicologia do Desenvolvimento; o segundo ano centrava-se no tópico Aprendizagem; no terceiro ano, era ministrada Psicologia Diferencial. Nestes três anos, eram oferecidas aulas práticas a fim de que os alunos detivessem o domínio dos instrumentos de avaliação psicológica. No curso de Didática, havia uma fusão das temáticas acima¹⁰.

O clima interno na Faculdade era de pouca liberdade e autonomia, seja pelo acirrado controle mantido pelo governo central, seja pela concentração de poder que existia em torno das cátedras. Com a deposição de Vargas, em outubro de 1945, é concedida à Universidade do Brasil, e em decorrência à Faculdade Nacional de Filosofia, uma autonomia ainda limitada, nos âmbitos administrativo, financeiro e disciplinar. No entanto, com o golpe militar de 1964, novamente a liberdade acadêmica é abafada, sendo instaurados inquéritos policiais militares para apurar a vida da universidade e se estabelecem “assessorias de segurança” visando ao cumprimento dos ditames advindos do governo militar e à manutenção da ordem. Deste modo, pode-se afirmar que a existência da FNFi foi permeada por contextos políticos ora totalitários, ora democráticos, sendo a própria instituição reflexo desses contextos. Apesar de todas essas contingências e dificuldades atravessadas, a Faculdade foi um centro de grande produção acadêmica e de contestação política. Por fim, em 1966, a FNFi é desmembrada, em nome da racionalização, da produtividade e de maior eficiência, dentro do projeto nacional tecnocrático do governo militar para as universidades brasileiras. Em 1968, o processo de desmantelamento está concluído e poucos laços são mantidos entre as unidades originadas na extinta Faculdade Nacional de Filosofia (FÁVERO, 1989c).

A segunda instituição da Universidade do Brasil, que contribuiu com seus quadros para a formação do curso de Psicologia, foi o Instituto de Psicologia. A gênese do Instituto de Psicologia pode ser localizada no Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Este Laboratório havia iniciado suas atividades nos primeiros anos da década de 20. Foi idealizado por Gustavo Riedel, então Diretor da Colônia, sendo sua organização e direção conferidas ao professor polonês Waclaw Radecki. Almejava-se que o Laboratório fosse um estabelecimento auxiliar médico; atendesse às necessidades sociais e práticas; fosse um núcleo de pesquisas científicas e um centro didático para a formação de psicólogos. O Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro se pretendia, primordialmente, experimental. Contudo, sua produção primou pela teorização, pouco restando para o experimentalismo. A maximização do funcionamento do Laboratório se deu nos idos de 1925 e tal fato deveu-se, em parte, à adesão de novos colaboradores, dentre eles Nilton Campos - figura expressiva na futura FNFi- e Jayme Grabois.

Em 1932, este laboratório foi convertido em Instituto de Psicologia, estando subordinado ao Ministério da Saúde¹¹. Sua existência, entretanto, foi de somente 7 meses. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (1982), várias foram as explicações formuladas a fim de elucidar o motivo de sua curta existência: a pressão de setores

influentes da Psiquiatria, temerosos frente à possibilidade de profissionalização da Psicologia no Brasil (uma das aspirações de Waclaw Radecki); a influência de grupos católicos, ligados à Psicologia, insatisfeitos com o Instituto e, ainda, a incipiência dos recursos destinados a este órgão. O fundamental é que estes fatos, isolados ou não, tornaram inexorável sua desativação.

No entanto, alguns meses após o fechamento do Instituto, o governo nomeia quatro médicos para que exerçam a função de “assistentes de Psicologia” no antigo Instituto, então rebatizado como Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas. Entre os elementos nomeados figuravam Nilton Campos e Jayme Grabois, ex-colaboradores de Radecki.

A situação muda novamente cinco anos depois, uma vez que em 1937, a Lei nº 452/37, que regulamentou a Universidade do Brasil, incorporou o Instituto de Psicologia, a fim de que este colaborasse com a Faculdade Nacional de Filosofia nas suas seções de Filosofia e Pedagogia e com a Faculdade de Política e Economia. O Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil passa a funcionar no centro da cidade do Rio de Janeiro, à Rua Nilo Peçanha, 5º andar do Edifício Nilomex e assume sua direção o professor Jayme Grabois.

Convém ressaltar que este Instituto de Psicologia, oriundo da Colônia de Psicopatas e dirigido, a esta época, por Jayme Grabois, não manteve, inicialmente, vinculação direta com as cátedras de Psicologia da FNFi, então sob os auspícios de André Ombredane e Lourenço Filho. Havia, portanto, dois agrupamentos de Psicologia dentro da Universidade do Brasil: cátedras da FNFi e o próprio Instituto de Psicologia. Esta situação perdurou, legalmente, até 1944, quando, em obediência à legislação vigente, o Instituto de Psicologia foi incorporado à FNFi¹².

Este ato de unificação, no entanto, suscitou alguns problemas. Jayme Grabois, diretor do Instituto desde 1937, foi afastado do cargo. Seu afastamento deveu-se, aparentemente, às determinações do regimento da Universidade do Brasil, que estabelecia como condição para exercer cargos de diretoria dos institutos e faculdades do referido estabelecimento, o título de professor catedrático. A direção do Instituto de Psicologia ficou a cargo, então, do professor Nilton Campos, catedrático de Psicologia da FNFi e membro do Instituto de Psicologia, que o manteve até seu falecimento, em 1963.

O curso de Psicologia da atual UFRJ só é criado em 1964, no miolo de todo este complexo institucional. Tem início com a duração de quatro anos, abarcando bacharelado e licenciatura nesta área.

No que tange à autoria do curso e à sua localização funcional, há depoimentos contraditórios. O professor Antonio Gomes Penna¹³, em seu livro “História da Psicologia no Rio de Janeiro” (1992), atribui a criação do curso a si próprio e ao professor Eliezer Schneider, e declara que ele sempre esteve diretamente atrelado à FNFi. Contudo, em entrevista concedida ao professor Jorge Coelho, afirma, textualmente:

“O curso de Psicologia eu fundei quando eu assumi a direção da cadeira lá na Faculdade Nacional (...) eu fundei o curso na Faculdade Nacional, não foi no Instituto de Psicologia. O Instituto de Psicologia era um órgão suplementar, para dar apoio às cadeiras de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia (...). Quando ela se extinguiu, o curso foi transferido para o Instituto de Psicologia e eu passei então, o meu trabalho para lá” (PENNA, s.d., p. 23).

Por outro lado, o professor Eliezer Schneider, então na direção interina do Instituto de Psicologia, tece considerações diametralmente opostas às do professor Penna acerca de tal matéria:

“(...) o curso de Psicologia funcionaria no Instituto de Psicologia (...) com laboratório próprio, biblioteca e um quadro de docentes e pesquisadores que não iriam onerar ou pesar nas costas da Faculdade Nacional de Filosofia”.
(SCHNEIDER, 1992, p. 136)

Destes depoimentos contraditórios podem-se retirar, no entanto, as seguintes conclusões: o curso recém-criado ficou legalmente atrelado à Faculdade Nacional de Filosofia, pois a regra na Universidade do Brasil era a de que todo curso deveria ter uma faculdade como base. No entanto, funcionava, de fato, num apêndice desta Faculdade: nas dependências do antigo Instituto de Psicologia, cuja gênese remontava aos anos 20.

O nascedouro do curso foi uma empreitada onerada também por elementos do Conselho Universitário, que consideravam a gestação de um novo curso um fator que pesaria ainda mais na já sobrecarregada estrutura da Faculdade Nacional de Filosofia. O funcionamento da Psicologia em outra dependência que não as da FNFi foi a solução encontrada para esvaziar este argumento e solucionar o impasse. Assim, ao professor Faria Góes, Diretor da FNFi, caberia apenas despachar os processos da nova escola, mas o seu funcionamento, de fato, ocorreria nas dependências do Instituto de Psicologia. Esta situação dupla parece ser, então, a razão das contradições existentes nos depoimentos dos dois mentores do curso: Eliezer Schneider e Antonio Gomes Penna.

Ao que nos parece, não eram somente alguns elementos do Conselho Universitário que estavam refreando a fundação do curso de Psicologia na Universidade do Brasil (UB). O próprio professor Nilton Campos considerava precipitado implementá-lo na UB, enquanto viveu. Para ele, fazia-se necessário analisar profundamente tal temática. Acreditamos, deste modo, que o seu falecimento, em 1963, a par da infelicidade do acontecimento, deixou o caminho livre para que o curso pudesse ser criado, em 1964.

Logo após a criação do curso, o professor Carlos Sanchez de Queiroz assume a direção do Instituto de Psicologia e, sob seu comando, a sede do Instituto é transferida do centro da cidade para o campus da Praia Vermelha. Neste campus, o Instituto de Psicologia foi instalado, a muito custo, num galpão (anfiteatro) concernente, até então, ao Instituto de Tuberculose, Hemologia e Microbiologia, apêndices da Faculdade de Medicina. Em 8 de fevereiro de 1968, como parte do processo de desmembramento e extinção da Faculdade Nacional de Filosofia, ocorre a definitiva transferência do curso de Psicologia para o Instituto de Psicologia, extinguindo-se a estranha situação de um curso que legalmente atrelava-se à Faculdade Nacional de Filosofia, mas tinha toda a sua dinâmica e atividades acadêmicas desenvolvidas num órgão anexo, o antigo Instituto de Psicologia. Deste modo, o IP, até então um anexo da FNFi, passa a se constituir numa unidade autônoma, abrigando, com exclusividade, a Psicologia.

Múltiplas dificuldades foram enfrentadas por alunos e professores no curso recém-criado. Convém ressaltar que, dos 120 alunos matriculados, somente 53 concluíram os estudos, formando-se na condição de bacharéis e licenciados. Em seu discurso de oradora da primeira turma de psicólogos formados pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a formanda Isabel Maria Vasconcellos de Vieira destaca muito bem este quadro.

“Dentre as dificuldades mais marcantes ficou para nós aquele início de curso terrivelmente complicado, numa salinha do Ed. Nilomex, com cerca de 10 m² e onde não havia espaço nem para a metade da turma. Quem chegasse atrasado assistia aula do lado de fora, num esforço titânico para entender as palavras dos professores, que era compassada pelo ritmo das batidas cadenciadas da colocação de estacas do edifício do Banco do Estado, que estava sendo construído às nossas costas. Os primórdios do prédio que estamos agora (em referência ao local da entrevista), conquistado a duras penas, (apresentava um curso) ministrado em precaríssimo estado: sujo, sem móveis, nem quadro-negro, nem lâmpadas, (...) Durante esses quatro anos (pairava) uma insegurança permanente em relação a currículos, horários, professores. A dificuldade de encontrar os livros especializados, o preço inacessível de muitos dos encontrados e a biblioteca do Instituto que não podia ainda emprestar livros para ler em casa e que funciona(va) no horário das aulas” (VIEIRA, 1967, p. 11).

Por fim, cabe destacar a marca acadêmica da escola recém-criada: a ênfase nos estudos teóricos da Psicologia. Esta característica, que acompanhou o curso em seus primeiros anos, motivo de crítica por parte dos alunos, de tensão entre seus professores e até fator obstaculizador na criação da Divisão de Psicologia Aplicada, pode ser detectada já na “pré-história” da instituição. Primeiramente, a observação dos programas das disciplinas ministradas pela FNFi, expostos sinteticamente em páginas anteriores, bem demonstra a intensidade desta afirmação.

No decorrer desta pesquisa, procedemos ainda à análise das publicações existentes no Boletim do Instituto de Psicologia, periódico idealizado por Nilton Campos, que existiu entre os anos de 1950 e 1973. No Boletim, a mesma tendência foi detectada.

Deste modo, nos dois braços constitutivos do curso de Psicologia da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, observou-se a exacerbada importância que era dada aos aspectos teóricos da Psicologia. Consideramos que as posturas acadêmica e epistemológica do professor Nilton Campos, figura central para a Psicologia nas duas instituições formadoras do curso, foi fator preponderante para a existência desta situação.

Como atesta Eliezer Schneider (1992), o professor Nilton Campos tinha particular aversão à Psicologia Aplicada, que àquela época apresentava como grande expoente, no Rio de Janeiro, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), fundado e dirigido por Mira y López. As técnicas ensinadas e praticadas no ISOP eram ironicamente apelidadas por Nilton Campos de “mirotécnicas”. Enquanto para Mira y López pesquisa e publicação deviam ser concomitantes, para Nilton Campos pesquisas incompletas não eram dignas de publicação. Nilton Campos priorizava a redação de artigos teóricos, doutrinários, que poderiam ou não despertar controvérsias e este fato, dentre outros, era cerceador do empreendimento de pesquisas experimentais no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil.

Conforme Eliezer Schneider (1992, p. 143):

“O Professor Campos prezava mais a biblioteca do que o laboratório, considerando-o já obsoleto. O local do laboratório foi transformado em biblioteca. Nós tínhamos verbas para livros e revistas (...). Antes mesmo do ‘milagre brasileiro’, houve certa facilidade para a compra de livros e revistas, mas para pesquisa não houve. Ficávamos muito isolados!”.

Eliezer Schneider pondera, ainda, que mesmo a alocação das verbas, no Instituto de Psicologia, era canalizada para pessoal e compra de material de consumo visando à publicação do Boletim do Instituto de Psicologia. Em síntese, o professor Nilton Campos incentivava que os seus professores assistentes estudassem, ministrassem aulas, escrevessem e publicassem as teorizações presentes no campo “psi” e, em decorrência, as discussões sobre as práticas psicológicas e a Psicologia Aplicada eram relegadas a um segundo plano na UFRJ.

DA “PSICOLOGIA CATEQUIZADA” AO CURSO DE PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA¹⁴

O curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) teve início em 1953, sendo apontado como o primeiro desse gênero no país. Na pesquisa que realizamos pudemos localizar, mesmo antes da fundação do curso, uma variedade de práticas psicológicas desenvolvidas nesta instituição. Estas práticas envolviam desde tentativas de articulação da Psicologia com a religião católica até o desenvolvimento de cursos de extensão tecnicamente orientados para a aplicabilidade da Psicologia. Como fruto do amadurecimento destas experiências acumuladas no interior da instituição, por ocasião da criação do curso de Psicologia convergiram motivações variadas: demandas dos psicotécnicos atuantes na cidade do Rio de Janeiro, interesses de personalidades do campo acadêmico e orientações doutrinárias e administrativas da própria PUC-RJ, que pretendemos examinar sinteticamente nesta seção.

A Igreja Católica almejava, desde o início do século, um projeto universitário próprio. Visava dar à elite católica uma oportunidade de instruir seus herdeiros sob a fé cristã, evitar influências ideológicas contrárias às suas convicções, principalmente o marxismo, e catequizar as elites não católicas, oferecendo-lhes, ao lado de uma boa formação intelectual, uma formação moral sólida. Esperavam, com este empenho, contribuir para a instauração de uma sociedade alternativa à sociedade laico-positivista e racional que, no entendimento cristão, dominava a estrutura do Estado brasileiro desde a proclamação da República.

Movidas por estes ideais mais gerais e pela convicção da importância de pôr em prática um projeto universitário, as autoridades católicas implementam diversas iniciativas. Primeiramente, são criados a revista “A Ordem”, em 1921, e o Centro D. Vital, em 1922, “com objetivo de promover estudos, discussões da doutrina religiosa e de congregar intelectuais para uma ação apostólica” (SALEM, 1982, p. 105). Em 1932, com o objetivo de ampliar e aprofundar os estudos já realizados no Centro D. Vital, funda-se o Instituto Católico de Estudos Superiores. Pelo Decreto nº 10895 de 01/12/42, são oficializadas as Faculdades Católicas, com os cursos de Filosofia e Direito. A estes dois cursos somaram-se o da Escola de Serviço Social, inaugurada em 1943, e o Instituto Social do Rio de Janeiro, em 1946. Deste modo, completou-se o número de unidades necessárias à formação de uma universidade e, pelo Decreto nº 8681 de 15/03/46, as Faculdades Católicas obtiveram sua condição de Universidade. Por fim, em 1947, a Santa Sé concedeu-lhe o título de Pontifícia.

Ainda na condição de Faculdades Católicas, práticas psicológicas já eram exercidas na instituição. Exigia-se, no ato da matrícula de novos alunos, além de conhecimentos científicos, prova de sanidade física e mental, obtida através de avaliação psiquiátrica (FACULDADES CATÓLICAS, 1944, p. 27).

Os saberes “psi” não estavam presentes somente na seleção de alunos para o ingresso nas Faculdades Católicas: em dois cursos da Faculdade de Filosofia - Pedagogia e Filosofia - havia disciplinas com conteúdos de Psicologia.

A análise do corpo docente e da produção acadêmica do curso de Pedagogia e de Filosofia demonstrou uma inusitada parceria para a Psicologia: os catedráticos das duas disciplinas postulavam claramente a teorização psicológica pareada com os dogmas da religião católica.

O catedrático da disciplina “Psicologia Educacional” do curso de Pedagogia, José Barreto Filho, articulava conteúdos da teoria piagetiana com preceitos do catolicismo. Conforme sua própria expressão:

“... a marcha da evolução, que vai da predominância do sensitivo e emocional dos primeiros anos até a do pensamento abstrato que se verifica na maturidade, deverá ser uma ascensão do concreto para o abstrato; do real para o ideal; da arte para a ciência; desta para a filosofia; da filosofia para a religião; da dispersão para a unidade”. (BARRETO FILHO, 1941, p. 38)

O catedrático da disciplina de “Psicologia” do curso de Filosofia, Padre Maurício Teixeira Leite Penido, adepto do método experimental, defendia um inconsciente psicofísico, em contraposição à Psicanálise, e apregoava uma alma humana em plena consonância com o seu criador.

As práticas “psi” também receberam grande impulso no interior dos cursos de Serviço Social. Primeiramente, um grande número de disciplinas eram ministradas. No Instituto Social (IS) pudemos localizar as seguintes: Higiene Mental e Psiquiatria, Psicologia Experimental, Psicologia, Psicologia Infantil, Psicologia Aplicada, Psicologia Racional e Noções de Psicologia. No curso da Escola de Serviço Social (ESS) encontramos as disciplinas Psiquiatria e Higiene Mental, Higiene Mental, Psicologia, Aspectos Psicopedagógicas da Conduta do Menor e Serviço Social Psiquiátrico.

Além disto, uma característica central destas duas escolas foi tomada de empréstimo por ocasião da criação do curso de Psicologia, em 1953. O Serviço Social na PUC-RJ, através de suas duas escolas, respondia à finalidade de facilitar a adaptação dos indivíduos em diversos contextos, visava devolver a homeostase social aos indivíduos. No entanto, a PUC-RJ mantinha os dois cursos em funcionamento para atender, ainda, às peculiaridades de uma construção bem própria da época, particularmente nos meios católicos: as práticas consagradas ou permitidas para os homens e para as mulheres.

“(...) há determinadas atividades no setor social, para as quais as tendências femininas são mais acentuadas. (...) Em compensação há outros campos sociais, como, por exemplo, os da administração de obras, supervisão, organização da comunidade, e certos ambientes mais perigosos, em que precisamente as tendências masculinas têm plenas e seguras oportunidades de expansão”. (PUC-RJ, 1951, p. 114)

O Instituto Social (IS), fundado em 1937, e incorporado às Faculdades Católicas em 1946, era uma instituição que, desde a sua gênese, só aceitava mulheres, visto que “(...) o serviço [social] ainda não era uma carreira definida e por isso mesmo dificilmente podia ter qualquer ‘appeal’ para a mocidade masculina” (LIMA, 1957, p. 197). Era uma instituição que tinha como função formar moças preocupadas com a harmonia no lar e o bem estar das crianças. Sendo

um lugar que prepararia as famílias e estaria diretamente ligada à formação moral do infante, a questão religiosa estava sempre presente. A educadora familiar tinha seus objetivos bem definidos:

*“a) trabalhará no seu meio, como nos meios populares, pelo reajustamento da família, fazendo a educação dos seus membros, especialmente da mãe;
b) ajudará a enfrentar as dificuldades cotidianas do lar, ensinando o cuidado racional: da higiene da casa e da alimentação; da melhor organização e ornamentação do lar; do equilíbrio financeiro da família; dos problemas materiais e da educação dos filhos; etc.
É pela preparação das gerações futuras e pela melhor utilização do seu tempo que a mulher moderna realizará a felicidade dos seus e contribuirá, de modo eficiente, para a renovação e progresso da sociedade atual”* (PUC-RJ, 1950, p. 115).

Para os formandos do IS destinavam-se trabalhos realizados, em sua maioria, em comunidades carentes, nas quais o catolicismo necessitava se expandir. As educadoras sociais deveriam ministrar conselhos sobre higiene mental, higiene física, organização do lar, de modo harmonioso e racional. Deste modo, o IS trouxe para a Universidade Católica uma forte tradição filantrópica e um compromisso com os ideais morais do catolicismo. O objetivo era unir a caridade com a formação moral da população, mediante a ajuda das assistentes sociais.

A Escola de Serviço Social (ESS), criada em 1943, no interior das Faculdades Católicas, era uma escola masculina, que pretendia formar profissionais voltados para uma intervenção mais racional e sem tantas ingerências religiosas ou morais. O curso da ESS apresentava como objetivo a formação masculina de assistentes sociais que pudessem intervir sobre a sociedade, especialmente sobre o indivíduo que sofre, para readaptá-lo à sua condição normal de vida, devolvendo-lhe a eficiência no trabalho e, por conseguinte, a “alegria de viver” (PUC-RJ, 1951, p. 113).

Deste modo, tanto a Escola quanto o Instituto reproduziam, em seus cursos, os papéis sociais que a Igreja Católica prescrevia para cada um dos gêneros. O homem deveria ser racional e ocupar postos de trabalho que estivessem, direta ou indiretamente, ligados à produção de riquezas materiais e culturais da sociedade. À mulher, cabia aprender a cuidar do lar e da família, através das prendas domésticas e responsabilizar-se pela educação moral e religiosa dos filhos. Sob estas inspirações, os cursos do IS davam ênfase superior à questão do aprendizado religioso, o que não era observado na ESS, bem mais pragmática e voltada para uma aplicabilidade técnica imediata dos serviços sociais¹⁵.

Em linhas gerais, tal partilha entre os gêneros reproduziu-se no futuro curso de Psicologia, criado em 1953. Mesmo que não tivessem existido determinações explícitas quanto à questão, o fato é que os homens, mais racionais, vinculavam-se a uma Psicologia voltada para a atividade laboral e ao atendimento clínico de adultos; as mulheres, por seu turno, ligavam-se às atividades psicológicas próprias à infância e à família, no campo clínico ou escolar.

Por fim, mas não menos importante, cabe citar que o idealizador do curso de Psicologia da PUC-RJ, professor Hanns Ludwig Lippmann, chega para dar aulas na PUC/RJ no ano de 1949, nos dois cursos de Serviço Social. Era um homem religioso, mas profundamente influenciado pela ciência. Na época em que ainda vivia em São Paulo, Lippmann completara o curso de Serviço Social da PUC/SP. Defendera uma tese de final de curso, em 1948, sobre o tema “Menores Abandonados”, onde dissertara acerca do comportamento dos mesmos, sua principal área de interesse. A esta

formação devem-se acrescer os estudos de Teologia, desenvolvidos em um mosteiro beneditino. No entanto, Hanns Ludwig Lippmann separava claramente essas duas realidades e achava que cada uma tinha uma função social bem determinada. A ciência cuidaria do progresso da humanidade e a religião católica cuidaria da moral humana.

Sua vinda para o Rio de Janeiro, em 1949, deu-se através de um convite do Padre Paulo Bannwarth, então reitor da PUC/RJ, para que compusesse o corpo docente do Serviço Social. Lippmann demonstrava um grande interesse pela Psicologia e já chegara à PUC/RJ com o intuito de montar um curso nesta área, de modo que, desde a sua entrada na instituição, selecionava, para si, as disciplinas deste campo.

Tornou-se Chefe da Divisão de Serviço Social da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, anexa à Santa Casa da Misericórdia, em 1951, local onde primeiramente o curso de Psicologia da PUC/RJ alojou-se. No mesmo ano, foi contratado como psicólogo pela Casa de Repouso Alto da Boa Vista, para atuar no Centro de Estudos Psicossomáticos. A partir do ano de 1952, passa a trabalhar como professor do IPUB (Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil). Também era psicologista do Ministério da Educação e Saúde, membro do Conselho Consultivo das Pesquisas Sociais da Comissão Nacional de Bem-Estar Social e membro da Subcomissão de Terras e Colonização da Comissão Nacional de Política Agrária, em 1954. Por esta listagem de cargos e funções desempenhadas, é possível perceber a ativa participação que tinha na sociedade de sua época¹⁶.

Lippmann ministrara intensamente as disciplinas psicológicas enquanto professor dos dois cursos de Serviço Social existentes na universidade. Organizara, ainda, atividades de extensão universitária em Psicologia, que se constituíram em prévias do que viria a ser desenvolvido, posteriormente, no curso de Psicologia da PUC-RJ. Por fim, iniciou gestões para a efetivação do seu antigo desejo.

É preciso destacar, no entanto, que ao longo da experiência de Lippmann no Serviço Social, a Pontifícia Universidade Católica havia mudado. Apesar de todas as articulações ideológicas que marcaram sua criação em torno dos ideais católicos, a PUC/RJ distanciou-se dos objetivos que lhe deram origem a partir de finais dos anos 40. O crescimento econômico desenvolvimentista projetado para o país, ao final da ditadura Vargas (1945), exigia um certo pragmatismo na educação. A nação necessitava de técnicos especializados, a fim de suprir o ritmo industrializante nacional, bancado pelo Estado e pelas recém-chegadas multinacionais, que demandavam mão-de-obra. A PUC/RJ também foi atravessada por este “espírito de época”. A demanda para cursos na área tecnológica aumentava na sociedade carioca e pressões são feitas para a criação de um curso de Engenharia na PUC/RJ. Atendendo aos apelos e diante da perspectiva de financiamentos futuros - o que, de fato, veio a acontecer -, os dirigentes da universidade criam a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1948. A criação desta escola é um marco na mudança dos rumos institucionais da Universidade Católica e uma das conseqüências dessas transformações foi a laicização de seus cursos, erigindo-se um fosso entre o perfil científico-acadêmico da instituição e o religioso. No nosso caso, a “Psicologia Catequizada” perde seu papel hegemônico e vai deixando de existir, de modo que o curso de Psicologia propriamente dito nasce sob a égide da ciência psicológica “neutra” e praticamente livre das ingerências religiosas. Este aspecto é tão marcante que os professores da “Psicologia Catequizada”, da Faculdade de Filosofia, sequer aparecem na lista do corpo docente do curso de Psicologia.

Além disto, o movimento da Psicologia no Rio de Janeiro do final dos anos 40 e início dos anos 50 não guardava qualquer semelhança com uma Psicologia religiosamente orientada, praticada nas primeiras disciplinas da PUC-RJ. Nesta época, os então chamados psicotécnicos eram os atores dessa Psicologia, de cunho pragmático e reprodutora da Psicologia cientificista hegemônica nos Estados Unidos e Europa. Tratava-se de uma Psicologia calcada em testes objetivos, que penetrava principalmente nas indústrias e nas escolas. Os psicotécnicos eram chamados para o trabalho de seleção profissional entre os candidatos a um determinado posto profissional e requisitados a dar orientação profissional aos estudantes, prática que se constituía numa seleção prévia do jovem ao mercado de trabalho.

Conforme apresentado em parte anterior deste trabalho, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), sob a direção de Emílio Mira y López, era a instituição que até então, por excelência, preparava os psicotécnicos no Rio de Janeiro, através de cursos breves, com o objetivo básico de contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, mediante o estudo científico de suas aptidões e vocações, através da criação e/ou aplicação de testes psicológicos.

Para levar seu projeto adiante, Lippmann deveria contemplar esta demanda; precisava canalizar para a PUC-RJ o que o ISOP já fazia de forma esparsa e descontínua, com seus cursos breves.

No entanto, Lippmann pretendia ir mais longe e, visando ao alcance de seus objetivos, pede o apoio de uma pessoa de grande envergadura no meio acadêmico daquela época: Nilton Campos, professor catedrático da Universidade do Brasil e diretor do Instituto de Psicologia da mesma universidade. Conforme já exposto, o professor Campos era defensor de uma Psicologia teórica fortemente embasada nos conhecimentos filosóficos e um ferrenho crítico dos cursos tecnicistas promovidos por Mira y López, no ISOP. Nilton Campos desejava conter o vertiginoso avanço desta última instituição e, com este intuito, resolve dar todo o seu apoio ao projeto de Lippmann, quanto à criação de um curso verdadeiramente universitário de Psicologia na PUC-RJ.

O Instituto de Psicologia Aplicada da PUC (IPA) surge, portanto, dentre outros motivos, como uma alternativa ao ISOP, para de certo modo “esvaziar” o poder crescente da formação espaçada e tecnicista oferecida por esta última instituição (LANGENBACH, 1982b).

O professor Hanns Ludwig Lippmann, com o apoio acadêmico da Pontifícia Universidade Católica e com a cessão do espaço físico da Santa Casa da Misericórdia, localizada à Rua Santa Luzia, monta, no mês de março de 1953, o primeiro curso universitário de Psicologia do Brasil¹⁷.

O IPA tem início com uma preocupação central: apresentar densidade teórica, suprindo as deficiências existentes no ISOP. Organizado originalmente em três anos e meio, deveria apresentar uma formação mais sólida e orgânica do que uma série de pequenos cursos de curta duração. No entanto, seu organizador também precisava ir ao encontro das aspirações dos psicotécnicos, qual seja, deveria proporcionar-lhes uma profissionalização e, deste modo, a Psicologia Aplicada não podia ser desprezada. Para o atendimento deste último aspecto, boa parte das práticas desenvolvidas no ISOP também são assimiladas no novo curso.

Os objetivos explícitos da nova escola bem demonstram a duplicidade de interesses, de modo que o IPA deveria ser “(...) uma instituição de ensino, de nível universitário de formação de especialistas em Psicologia Aplicada” e ser

também um “centro de pesquisas, de documentação e de colaboração internacional no plano científico” (PUC-RJ, 1953, p. 153).

Por fim, sem esquecer a vinculação a uma instituição católica, o IPA também objetivava, curiosamente, atender “à necessidade premente de uma orientação católica para o movimento científico experimental no campo da Psicologia” (PUC-RJ, 1953, p. 16).

Deste modo, o professor Lippmann consegue, a um só tempo, satisfazer as preocupações teórico-filosóficas do professor Nilton Campos¹⁸ e dos teóricos da academia, atender às demandas pragmáticas dos psicotécnicos e driblar as resistências que a PUC-RJ ainda fazia ao trato científico e laico dos homens, em especial em relação à Psicanálise.

Conjugando tantos fatores e atendendo a preocupações diversas, o sucesso alcançado pelo curso foi uma decorrência quase que automática. De fato, o curso de Psicologia da PUC-RJ, o primeiro a ser criado no país, constituiu-se numa grande referência de formação “psi” no Rio de Janeiro, interferindo, de modo expressivo, nos rumos que a Psicologia tomou nesta cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HISTÓRIA E PSICOLOGIA

A Psicologia, desde a sua autonomização como disciplina independente, vive, ao lado de outras ciências humanas, uma crise permanente caracterizada pela diversidade de posturas teóricas e metodológicas existentes. Conforme Luís Cláudio Figueiredo (1991, p. 195): “a pluralidade de enfoques metodológicos, de tentativas de fundamentação epistemológica e, principalmente, de doutrinas é um fato reconhecido, e freqüentemente lastimado, por todo aquele que se dedica ao estudo da Psicologia”.

A esta assertiva facilmente perceptível a qualquer estudioso da área, nossa pesquisa pôde acrescentar uma nova evidência: a pluralidade de situações institucionais que permearam a Psicologia, enquanto campo de formação.

A breve exposição anteriormente apresentada, mesmo contemplando somente três instituições – e é preciso lembrar que, somente no Estado do Rio de Janeiro, tínhamos oito escolas, até finais dos anos 70, ministrando cursos de Psicologia – confirma, claramente, a hipótese levantada ao início das nossas investigações: ao mesmo tempo que os diversos espaços de formação compartilharam uma cultura psicológica comum, apresentaram desenvolvimentos múltiplos, formas organizacionais e orientações diversas, pelo fato de estarem inseridos em contextos institucionais com características diferentes.

No entanto, os contextos institucionais não se apresentavam como um pano-de-fundo fixo e imutável. Em cada escola, o desenlace das lutas internas e externas pela manutenção, consolidação e ampliação dos espaços conquistados, anteriormente à constituição dos cursos, foi o que marcou os desenvolvimentos institucionais, por vezes opostos, mas, no mínimo, plurais e distintos.

As “idéias” psicológicas – configuradas em escolas, sistemas ou tendências – eram parte constitutiva dos contextos institucionais; no entanto, não se apresentavam como um fator condicionante, “per si”, para o formato acadêmico construído nos cursos. Se interferiram no processo, foi pelo fato de, por elas, os diversos atores assumirem posições de oposição ou aliança, em relação aos demais.

À revelia do modo como muitas vezes reproduzimos a História da Psicologia em nossas aulas, não encontramos uma realidade organizada em torno de uma infundável rede de sistemas e escolas que se sucederam e revezaram no tempo, caminhando para formas mais “evoluídas” do saber psicológico. Ao invés de relações de continuidade (sucessores e predecessores), assistimos relações de lutas e alianças travadas contemporaneamente, numa clara alusão ao fato de que as trajetórias históricas não se dão, necessariamente, pela força dos grandes homens, grandes feitos e idéias ou por determinações pré-estabelecidas.

Quando trazemos um estudante para os múltiplos terrenos da Psicologia, é preciso, portanto, propiciar-lhe as condições de exercer a crítica diante das alternativas que lhe são apresentadas e dos impasses de nossa disciplina. A História da Psicologia, desenvolvida sob o eixo político e micro-político, no lugar do epistemológico; entendida como uma história de conflitos, com as implicações teóricas, ideológicas e políticas que os permearam, ajuda à desconstrução dos dogmatismos e dos saberes-competências-dominações estabelecidos. Gera, por certo, algum mal-estar diante das incertezas e multiplicidades que permearam o campo “psi”; no entanto, ajuda na construção de análises e intervenções mais positivas diante do novo e, porque não, do caos no qual, não raramente, nos vemos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO FILHO, José - “Uma Psicologia Humana da educação”. Em: *A Ordem*, v. 1, n. 21, 37-60, Rio de Janeiro, 1941.
- CAPANEMA, Gustavo - Carta de Capanema a Georges Dumas, em 17 de junho de 1939. Em: Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989c.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - “Radecki e a Psicologia no Brasil”. Em: *Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 1, 3-50, Brasília, 1982.
- FACULDADES CATÓLICAS - *Anuário das Faculdades Católicas*. Rio de Janeiro: 1944.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.) - *Faculdade Nacional de Filosofia: projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989a.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.) - *Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989c.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio - *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LANGENBACH, Míriam - *A Psicologia Aplicada no Rio de Janeiro: o início de uma profissão (1938 - 1962)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia - PUC/RJ, 1982.
- LIMA, Alceu Amoroso - “Vigésimo aniversário do Instituto Social”. Em: *Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro*, 195-199, Rio de Janeiro, 1957.
- LOPES, L. S. - *Objetivos e realizações da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: República Federativa do Brasil/Escola Superior de Guerra, 1969 (mimeo).
- MANCEBO, Deise - *História da UERJ: da gênese pragmática aos compromissos (1950-1978)*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996a.
- MANCEBO, Deise - *História dos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro: a cultura psicológica nas instituições de ensino superior (Relatório de Pesquisa)*. Rio de Janeiro, 1996b (mimeo).
- MANCEBO, Deise - “Da Psicologia Aplicada à institucionalização universitária: a regulamentação da Psicologia enquanto profissão”. Em: *Cadernos do IPUB: Noção de Pessoa e Institucionalização dos Saberes Psicológicos no Brasil*, n.8., 161-177, Rio de Janeiro, 1997.
- OSUNA, Leandro - *Uma história do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953-1989)*. Monografia de graduação. Instituto de Psicologia da UERJ, 1998.

- PAICHELER, Geniviève - *L'invention de la psychologie moderne*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1992.
- PENNA, Antônio Gomes - *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
- PENNA, Antônio Gomes - Entrevista. Em: COELHO, Jorge. *Prof. Antonio Gomes Penna*. Rio de Janeiro, s.d., (mimeo).
- PUC/RJ - *Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 1950.
- PUC/RJ - *Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 1951.
- PUC/RJ - *Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 1953.
- SALEM, Tânia - "Do Centro D. Vital à Universidade Católica". Em: Schwartzman, Simon (org.). *Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982., 97-134.
- SCHNEIDER, Eliezer - Depoimento. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.
- VIEIRA, I. M. V. - Discurso da oradora da turma. *Boletim do Instituto de Psicologia*, ano 17, n.10-11-12, 1-19, Rio de Janeiro, 1967.

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Refiro-me aos cursos criados na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953), na Universidade de São Paulo (1958) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1962).

² A promulgação da Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962, pelo Presidente João Goulart, constituiu-se no primeiro diploma legal específico sobre os cursos de formação de psicólogos. Seguiu-se, a este expediente, ato do Conselho Federal de Educação que, através do Parecer nº 403 de 1962, fixou o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia, com vigência a partir do ano seguinte. Portanto, a regulamentação da profissão ocorre através do mesmo ato legal que normatiza os cursos de Psicologia.

³ Trabalharam, nesta investigação, os seguintes alunos do Instituto de Psicologia da UERJ: Adriana Miranda de Castro, Daniela Carvalho da Silva Fontes, Eduardo Ceschin Rieche, Gildete Silva, Isabela Silva Vieira, Leandro Vieira Osuna, Margarete Dias e Sandra Ferreira Montano, do curso de graduação e o mestrando Alexandre Teixeira dos Santos. A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq, FAPERJ e da UERJ.

⁴ Os oito cursos foram criados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, em 1964), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, em 1964), Universidade Gama Filho (UGF, em 1967), Universidade Santa Úrsula (USU, em 1968), Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE, em 1971), Universidade Federal Fluminense (UFF, em 1971), Federação das Faculdades Celso Lisboa (em 1973), além do curso da Pontifícia Universidade Católica, criado antes da regulamentação, em 1953.

⁵ No estado de São Paulo, pólo emergente de industrialização do país, ocorreram os primeiros trabalhos mais sistemáticos em psicotécnica, cabendo destaque à seleção científica de candidatos aos cursos do SENAI.

⁶ Os dados referentes a esta parte do texto foram levantados pela estudante Gildete Silva.

⁷ A atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada em 1920, instituída por força de um Decreto, com a denominação Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em 1937, a então URJ é alçada à condição de "universidade padrão" para as demais escolas brasileiras, passando a denominar-se Universidade do Brasil (UB). Por fim, a Lei nº 4831, de 5/11/1965, a rebatiza com o atual nome de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁸ A Faculdade Nacional de Filosofia foi projetada pela Lei nº 452 de 5 de julho de 1937 e teve sua organização definida pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 1939.

⁹ Carta de Capanema a Georges Dumas, em 17 de junho de 1939.

¹⁰ Cabe registrar a existência de cátedras de Psicologia em outros cursos da Universidade do Brasil. Em 1939, a cátedra de Psicologia Aplicada foi introduzida no currículo da recém-criada Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Já a cátedra de Psicologia Social e Econômica era ministrada no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, sendo ocupada pelo professor Nilton Campos, cujo assistente era o professor Carlos Sanchez de Queiroz.

¹¹ A conversão do Laboratório da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro em Instituto de Psicologia foi legitimada pelo Decreto-Lei nº 21.173 de 19/03/1932.

¹² Ata da Reunião do CTA (Conselho Técnico-Administrativo) da FNFi de 23 de maio de 1944 (apud FÁVERO, 1989c, p. 57).

¹³ O professor Penna foi aluno, colaborador e assistente do professor Nilton Campos. Por ocasião da morte deste, assume seu cargo na FNFi interinamente, até 1964, quando, mediante a realização de concurso de títulos e provas, tornou-se catedrático efetivo em Psicologia Geral.

¹⁴ A história do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi desenvolvida pelo estudante Leandro Vieira Osuna, em sua monografia de final de curso (1998).

¹⁵ No ano de 1956, a ESS é incorporada ao IS, mas os gêneros vão continuar separados. Somente em 1957 a PUC/RJ funde os dois cursos de Serviço Social.

¹⁶ As informações sobre o professor Lippmann foram extraídas de Anuários da PUC-RJ e de uma entrevista com sua viúva, Marilu Lippmann, realizada pelo estudante Leandro Vieira Osuna.

¹⁷ A partir de 1957, o curso de Psicologia passa a funcionar na própria PUC-RJ, sob a coordenação do Padre Antonius Benkö.

¹⁸ A primeira diretoria do Instituto de Psicologia Aplicada era constituída pelos professores Joubert Torres Barbosa (diretor-presidente), José Barreto Filho (1º vice-presidente), Padre Francisco Leme Lopes (2º vice-presidente), Hanns Ludwig Lippmann (diretor executivo e diretor do Departamento dos Cursos) e pelo próprio Nilton Campos (diretor do Departamento de Pesquisas).